**EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CRISE**

Benedita Luciana de Morais1

Verônica Cristina Hauselmann2

**RESUMO**

Este artigo busca por meio da pesquisa bibliográfica evidenciar a crise conceitual que vive a educação especial na sociedade atual. Deste se fará aqui uma breve reflexão da abordagem clinica e da abordagem educacional bem dos critérios que esta dispõe para inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais. Deste modo objetiva-se aqui romper com discursos não emancipatórios da educação espacial e oferecer uma reflexão que de fato possa proporcionar o rompimento com ideias ultrapassadas de inclusão a partir das deficiências e não de pessoas.

**Palavras-chave:** Educação Especial, crises. Inclusão. Deficiência.

1. Benedita Luciana de Morais: Pedagoga; 2- Verônica Cristina Hauselmann: Professora de Inglês

RESUMEN

En este artículo se intenta a través de la literatura para mostrar la crisis conceptual que enfrenta la educación especial en la sociedad actual. Esto se hará aquí una breve reflexión sobre el enfoque clínico y el enfoque educativo y los criterios que proporciona para la inclusión de personas con discapacidad. Así, el objetivo es romper con los discursos aquí no emancipatorias de la educación espacial y ofrecer una reflexión que, de hecho, puede proporcionar la ruptura con las ideas anticuadas de la inclusión de la discapacidad y no personas.

**Palabras clave:** Educación Especial, crisis. Inclusión. Discapacidades.

1. **INTRODUÇÃO**

Não é novidade que a educação especial em nosso país tem se tornado objeto de inúmeros debates e reflexões na busca entender seus fracassos e crises. A muito se questiona o efeito de crises na educação especial, o discurso de professores e familiares são quase que unânimes ao asseverar os desencontros da tão sonhada educação para inclusão dos “diferentes”. A crise pode ser conceituada como a “fase difícil na evolução das coisas, dos sentimentos, dos fatos; colapso; deficiência, penúria; ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão, ou vice-versa.” (FERREIRA, 1993, p. 154).

Diante disto se evidência- uma escola cuja dinâmica e realidade têm colocado em xeque os discursos governamentais e intelectuais que apregoam uma falsa eficácia sem assistência. Deste modo surge o grande questionamento sobre qual seria de fato a verdadeira crise desta modalidade educacional em nosso país. Assim o objetivo deste artigo é, pois discutir em breves reflexões o que é e como tem se configurado a crise da educação especial brasileira nos tempos modernos. Para far-se-á uma inferência bibliográfica na busca de compreender a educação especial da atualidade e como base deste trabalho temos: BOFF, ( 1994), BOURDIEU,(1974), ENGUITA, ( 1997), SKLIAR, ( 1997) e WERNECK, ( 1997).

1. **EDUCAÇÃO ESPECIAL ENTRE PARADIGMAS E POSSIBILIDADES**

Um dos grandes objetivos da educação especial, pelo que seja este o esperado no discurso existencial da atualidade é, pois a reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade e para sociedade com plenos direitos que se equiparam aos ditos “normais”. Todavia a sociedade anti-socialista não conseguiu manter o verdadeiro sentido da inclusão dos portadores de necessidades especiais afim de que estes se apoderassem do estado de direito. Pois estar incluso é, pois ter acesso e garantia de permanência aos bens sociais e de consumo, educação e serviços. Ao que aprece é algo muito complexo e desafiador. Desta forma o discurso e teorias da inclusão não conseguem obter respostas tão pouco compreender as crises da inclusão da atualidade. Neste sentido é perceptível que educação especial que temos em nossos dias não consegue incluir em todas as dimensões sociais e afetivas, colocando-se numa tenebrosa crise. De acordo com Boff (1994, p.66): “A crise atual é uma crise radical, quer dizer, do sentido fundamental de nossa cultura.” Isso nos faz pensar que incluir não somente romper com que esta visível, mas com o abstrato da produção cultural. E esta ruptura cultural é extremamente difícil posto que seja historicamente construída.

Em termos abstratos significa a crise do nosso paradigma. Em termos concretos, expressa a crise do sonho maior e da utopia que deu sentido ao mundo moderno nos últimos séculos. Qual era este sonho? O desenvolvimento ilimitado, a vontade de poder como dominação sobre os outros, sobre os povos e sobre a natureza. (Boff ,1994, p.66)

Este modelo de pensamento nos permite refletir sobre os, mas critica tão comuns feitas aos modelos que tem se configurado na educação especial, diga se de passagem modelos históricos como o diagnóstico clinico. Toda via é este total desequilíbrio entre o real e o utópico que faz com avanços aconteçam nas áreas das pesquisas. Pois é somente a partir deste desequilíbrio que é possível se obter a critica e reflexão sobre os modelos de inclusão e de educação especial ao longo da história e a partir de tal se conhecer as crises dos sistemas.

[...] mas quem se sente de algum modo responsável pela qualidade de vida de portadores de deficiência? Essa é a crise da sociedade civil a que me refiro. Uma crise de falta de perguntas e de falta de respostas. Uma crise de desleixo coletivo, com doses variáveis de leviandade, resultado da ‘falta de formação’ e do individualismo que nos norteia há quase dois mil anos de civilização judaico-cristã. (WERNECK, 1997, p. 186)

A reflexão mais ponderante a meu ver é a análise re recai sobre o ponto de vista social da educação especial. Assim o portador de deficiência ou de necessidades especiais, a nomenclatura não muda o caráter, passar ser um típico problema social e não mais uma questão humana. Asseverando0-se ainda mais o processo e dessacralização do ser humano colocando em crise a existência enquanto cidadão. Qualquer pessoa cuja cidadania foi dessacralisada, ela perde toda sua auto-estima, e para ela incluir-se não mais estar onde os ditos normais estão não é mais ser visto como tal. Mas sim ter sua cidadania restituída, esta que foi arrancada em detrimento a sua condição física.

Diante desta exposição WERNECK, (1997) assevera para o estado de barbárie em que se encontra a sociedade civil da atualidade, desumanizada e inconsciente. A sociedade civil tem seus valores sociais nos moldes do capitalismo histórico e da sociedade privada onde os padrões morais são amorais e extremamente castradores. E ao longo dos tempos vem perdendo o senso de humano, de fraternidade. As condições em que incluir e colocar em risco.

O fator aqui neste ponto da reflexão é, pois estruturar um questionamento que possibilite entender os critérios que qualificam ou desqualificar o sujeito deficiente. Pois a idéia de educação especial em muitos momentos tem se configurado um tanto celetistas e mascarado situações.

Se o critério para afirmar a singularidade educativa desses sujeitos é o de uma caracterização excludente a partir da deficiência que possuem, então não se está falando de educação, mas de uma intervenção; se se acredita que a deficiência, por si mesma, em si mesma, é o eixo que define e domina toda a vida pessoal e social dos sujeitos, então não se estará construindo um verdadeiro processo educativo, mas um vulgar processo clínico. (SKLIAR, 1997, p. 9)

A educação é especial porque a pessoa é um cidadão primeiramente. Não deveria estar consubstanciada a uma deficiência que pode ser medida por um laudo clinico de efeito instituzcionalisador de pessoas. Que demarca, e diz quem devem quem não deve quem tem direito e quem não tem. Que se inclui e não se inclui. Engrossando assim os corredores angustiantes de espera pelo passaporte apara cidadania. Neste sentido Skliar (1997, p. 10) argumenta sobre os critérios clínicos e educacionais dos quais se dispõe a educação especial, assim questiona-se:

Em que sentido falar de uma instituição escolar especial? Se é porque contém fisicamente aqueles sujeitos especiais, então não se trata de uma escola, mas de um hospital. Se, por outro lado, se trata de que as instituições são especiais porque pretendem desenvolver uma didática especial para aqueles sujeitos deficientes, então pode ocorrer que, em vez de processos interativos de educação exista uma aplicação sistemática de recursos, exercitações e metodologias neutras e desideologizadas.

Parece um tanto impactante esta reflexão, porém necessária para desvelamento da situação da educação especial e sua política. É muito comum o discurso que dá ao caráter de especial o processo educativo que busca proteger seus sujeitos em detrimento a alguma anomalia física ou psíquica. Todavia SKLIAR (1997, p. 47), a continua a argumentar: “O estigma da falta de inteligência, defeito, falha, ou déficit, impõe às pessoas com deficiência a condição de seres desacreditados socialmente, o que as reduz a uma espécie de destino pré-determinado.”

O que fica cada vês mais claro nesta questão é que para cada deficiência que possa ser detectado há pois de certa forma e porque não dizer uma “produção social de deficiência”(IBID). É como se ações do sujeito portador de necessidade especial ficasse camuflada por trás da sua própria deficiência. Pois há um procedimento a parte para determinar a visão de ser. Isso mesmo detro do processo de inclusão provoca o isolamento. O ser humano independente de sua condição física ou mental necessita de promover-se socialmente. E para que isto de fato aconteça sua ação, suas capacidades, seus fazeres e pensares têm que ter dentro da escola mais valor que sua própria deficiência. É uma cultura ocular que precisa ser rompida e dar espaço para uma cognição maior e mais eficaz. Capaz transformar o ambiente e as pessoas. É a cultura do humano que precisa sobressair á deficiência.

A cultura não é apenas um código comum nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas recorrentes. Ela constitui um conjunto comum de esquemas fundamentais, previamente assimilados, e a partir dos quais se articula, segundo uma ‘arte da invenção’ análoga à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares diretamente aplicados a situações particulares. [...] Tais esquemas de invenção também podem ter a função de remediar a falta de invenção, no sentido comum do termo. [...] Os automatismos verbais e os hábitos de pensamento têm por função sustentar o pensamento, mas também podem, nos momentos de ‘baixa tensão’ intelectual, dispensar de pensar. Embora devam auxiliar a dominar o real com poucos gastos, podem também encorajar aos que a eles recorrem para fazer economia da referência ao real. (BOURDIEU, 1974, p. 208)

Em termos gerais o que deve ser quebrado de fato é, pois a predominância da abordagem clinica ao invés da abordagem educacional. Assim a educação especial ganha mais significado, ao passo que somente na perspectiva educacional se consegue a proximidade entres os sujeitos do processo. Desta forma é preciso que os professores rompam com o discurso de que a necessidade clinica na escola, sob pena de transformá-la em um hospital. Colocando em crise a própria identidade do professor. As práticas pedagógicas emancipatórias podem dar conta da promoção cognitiva e social da qual necessita o sujeito portador de deficiência física ou necessidade especial.

A obstinação do modelo clínico dentro da educação especial nos revela um clássico problema, ainda não explicado, dentro desse contexto: a necessidade de definir com clareza se esta perspectiva educativa é aliada da prática e do discurso da medicina ou se é aliada da pedagogia ou, como muitos outros supõem, se deve existir uma combinação, uma somatória provável de estratégias tanto terapêuticas como pedagógicas. (SKLIAR, 1997, p. 10)

A concepção do sujeito, a imagem de Homem, a construção social da pessoa, etc., desenvolvem-se em linhas opostas ao contrastar a versão incompleta de sujeito que oferece o modelo clínico-terapêutico e a versão de diversidade que oferece – ou, melhor, que deveria oferecer – o modelo sócio-antropológico da educação. Disso resultam, por outro lado, conseqüências futuras bem diferentes: uma questão seria a do completamento do sujeito e outra, contrária, seria a questão do aprofundamento dos aspectos comuns próprios da diversidade cultural.(IBID)

Esta mudanças de concepção a que se propõe aqui é de fato o divisor de águas em processo que procura abordar o direito a educação. Este direito está previsto em lei e o que o determina não é a deficiência e sim o ser cidadão. De acordo com SKLIAR, (1997, p. 14) [...] esse direito deve ser analisado, “avaliado e planificado conjuntamente a partir do conceito de uma educação plena, significativa, justa, participativa; sem as restrições impostas pela beneficência e a caridade; sem a obsessão curativa da medicina; evitando toda generalização que pretenda discutir educação só a partir e para as míticas crianças normais”. Educação especial não é um processo que impõe pelo contrário é um direito constituído. Do contrário “o tecido social é atravessado pelas relações de poder, ou seja, os homens não se relacionam automaticamente entre si por relações de igualdade; mas estabelecem relações de poder que se transmutam muito facilmente em relações de dominação, de opressão, de exploração”. (SEVERINO *et al.*, 1992, p. 11)

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante o exposto no presente artigo conclui-se que a crise da educação especial em nosso pais esta efetivamente ligada a peca do senso de humanidade quase que generalizada da sociedade atual. Pois a educação especial deve, pois ser pensada a partir da pessoa humana e não ter a deficiência como fator determinante para inclusão.

A pessoa portadora de necessidade especial ou deficiência física antes de tudo é ser humano, que precisa ser respeitado como tal. A escola precisa resignificar seu discurso e assumir pedagogicamente e socialmente sua parte nesta tarefa de incluir pessoas não deficiências.

1. **REFERÊNCIAS**

BOFF, L. ***Nova Era*: a civilização planetária**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, P. ***A Economia das trocas simbólicas*.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

ENGUITA, M. F. ***Trabalho, escola e ideologia*: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. GHIRALDELLI Jr., P. (Org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental*: da superstição à ciência*.* São Paulo: T. A Queiroz, 1984.

SKLIAR, C. (Org.). ***Educação e exclusão*: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

WERNECK, C. ***Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.